

## **FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO E CONTAS DAS FAMÍLIAS 1995-2023**

A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) procede hoje à divulgação de uma atualização da informação relativa a alguns indicadores das Contas Regionais (base 2021) – particularmente a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e as Contas das Famílias – para a Região Autónoma da Madeira (RAM). No caso da FBCF, do Rendimento Primário e Disponível das famílias, os dados são agora apresentados para o período 1995-2023, enquanto para as Contas das Famílias anuais detalhadas (Conta de afetação do Rendimento Primário e Conta de distribuição secundária do Rendimento), a informação disponível na base 2021 reporta-se ao período de 2016 a 2023.

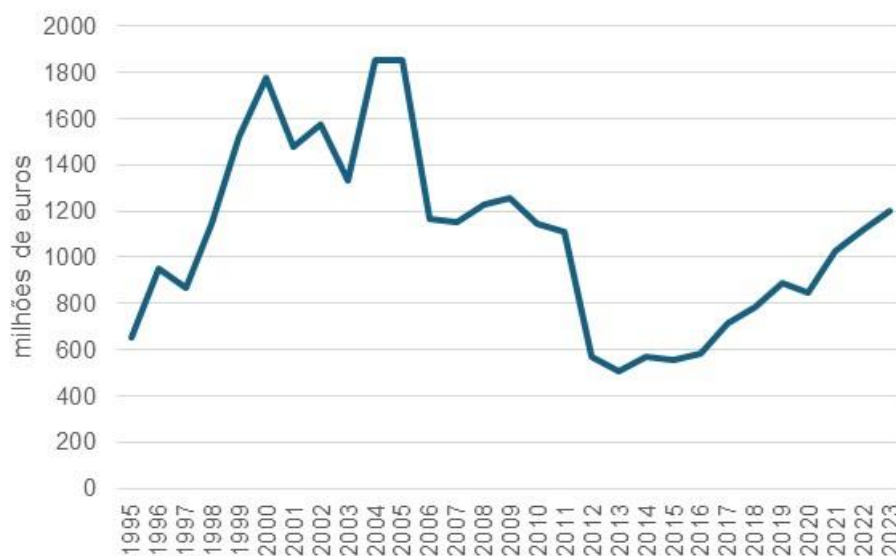
Note-se que até à data, só estavam disponíveis os dados de 2021 a 2023, tendo o Instituto Nacional de Estatística (INE) – entidade responsável pela produção de Contas Nacionais e Regionais - não só revisto alguns dos valores para este período, como também procedido à retropolização para os períodos anteriores.

Deve ser tido em conta que na análise que segue, os valores monetários são nominais, portanto, não sujeitos a um processo de deflacionamento, ou seja, não tiveram em conta a evolução dos preços.

### **Investimento com pico em 2004 e mínimo em 2013**

A análise entre 1995 e 2023 da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) mostra uma forte variabilidade neste indicador macroeconómico.

**Fig. 1 – Evolução da FBCF  
(1995-2023)**



O período entre 1999 e 2005 foi aquele em que a FBCF atingiu a sua mais elevada expressão na Região. O pico foi registado no ano de 2004 (1 849,6 milhões de euros), seguido dos anos de 2005 (1 849,4 milhões de euros), 2000 (1 776,4 milhões de euros) e 2002 (1 572,4 milhões de euros). Estes foram, a par de 1999 (1 516,9 milhões de euros), os únicos anos em que a FBCF na RAM superou a barreira dos 1 500 milhões de euros. Nos anos 2006-2011, os valores da FBCF estabilizaram em torno dos 1 200 milhões de euros.

Seguiu-se um período em que o Programa de Ajustamento Económico-Financeiro (PAEF), aplicado à RAM, impactou de sobremaneira o investimento, particularmente o público. Entre 2011 e 2012, a FBCF caiu para quase metade, não ultrapassando, neste último ano, os 571,3 milhões de euros. Até 2016, a FBCF manteve-se dentro deste patamar, para, a partir de 2017, começar a evidenciar uma tendência crescente, que prosseguiu até 2023, ano no qual atingiu os 1 203,5 milhões de euros, o valor mais elevado desde 2010.

#### **Taxa de investimento regional superior à média nacional até 2011 e inferior a partir desse ano**

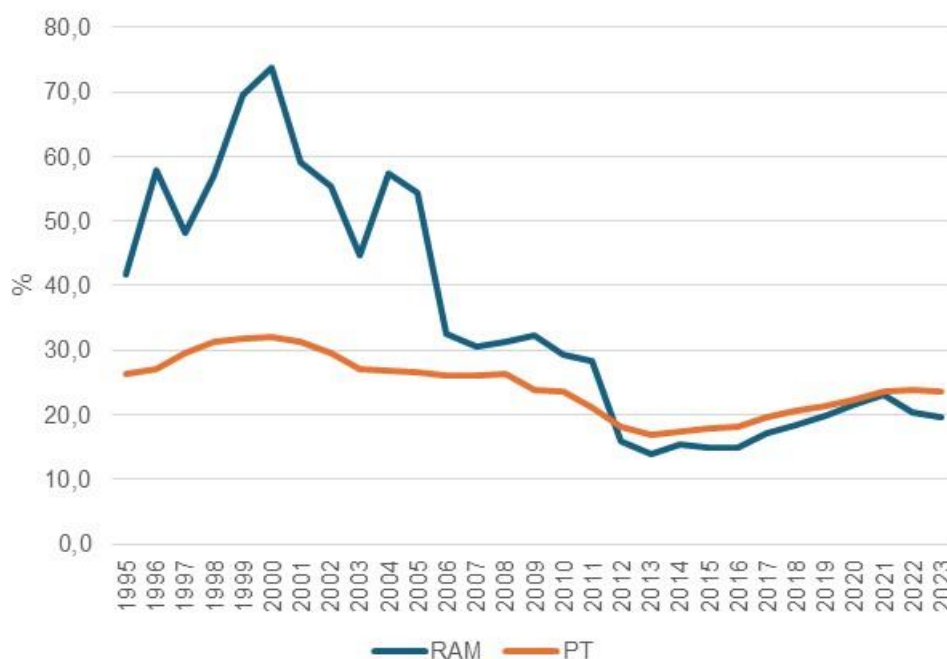
Quanto à taxa de investimento, que corresponde ao rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto, a comparação entre Portugal e a RAM, mostra que de 1995 a 2011, a Região apresentou uma taxa de investimento sempre superior à média nacional, e que chegou a atingir um valor acima dos 70% no ano de 2000, mais concretamente de 73,8%. De facto, entre 1996 e 2005, a taxa de investimento regional superou sempre a barreira dos 50%, com exceção de 1997 (48,2%) e 2003 (44,8%). A nível do País, e para o referido período, a taxa de investimento andou em torno dos 30%, com um máximo também em 2000 (32,0%).

Tal como acontece com a FBCF, os valores mais baixos para a taxa de investimento na RAM, são observados entre 2012 e 2016, com um mínimo de 14,0% em 2013. No País, o valor mais baixo foi registado em 2013

(16,9%), mas é de ressaltar que a taxa de investimento nacional foi sempre superior à regional entre 2012 e 2023.

Entre 2017 e 2021, a taxa de investimento cresceu sucessivamente na Região, sendo que o valor mais alto no período 2012-2023 foi observado em 2021 (23,1%). Em 2022, anos de forte crescimento do VAB, a referida taxa caiu, para 20,3% em 2022 e posteriormente para 19,6% em 2023.

**Fig. 2 – Taxa de investimento, RAM e Portugal (1995-2023)**



### **Perfil de investimento com alteração drástica**

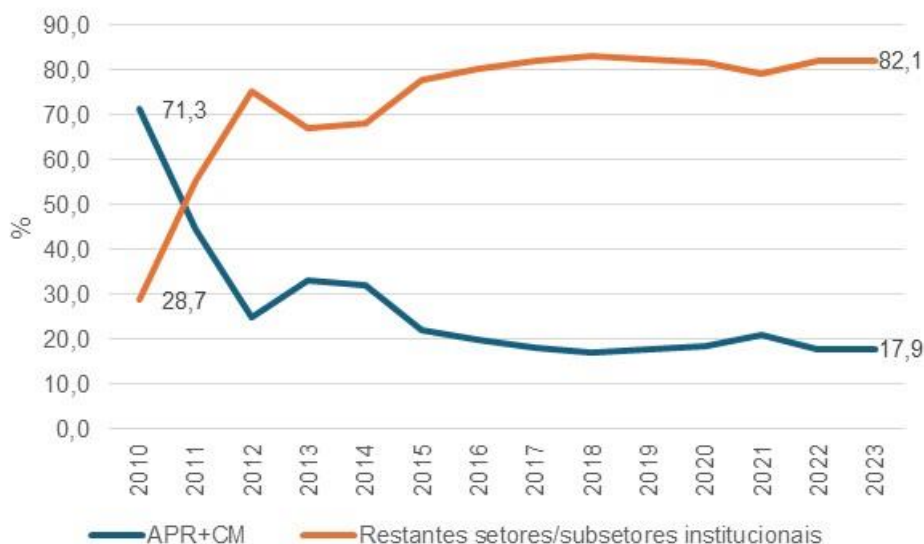
Os dados disponíveis sobre as Contas de Administração Pública Regional e da Administração Local permitem isolar a parcela da FBCF da Administração Pública Regional e da Administração Local (Câmaras Municipais) do total desta variável macroeconómica. É possível assim avaliar o peso da FBCF dos referidos subsetores institucionais – responsáveis pela quase totalidade do investimento público na Região - no total da FBCF, onde estão incluídos também todos os outros setores e subsetores institucionais, particularmente as sociedades financeiras e não financeiras, a Administração Central e Segurança Social (que têm alguns serviços que investem também na RAM), famílias e instituições sem fins lucrativos.

A informação para o período 2010-2023 mostra, de facto, uma alteração radical do perfil do investimento na Região. Se em 2010, 71,3% da FBCF era gerado pela Administração Regional (67,4%) e Local (3,9%), em 2023, apenas 17,9% era da responsabilidade destes dois subsetores, com 82,1% a provir dos restantes subsetores, no qual o investimento privado assume-se como a principal fatia.

Esta inversão resulta, em primeiro lugar, da forte redução de investimento da Administração Pública Regional, que sucedeu a partir de 2012, e do forte e ininterrupto crescimento do investimento privado, particularmente a partir de 2015 (excecutoando-se o ano de 2020, onde houve uma redução face a 2019).

Isto evidencia que a dinâmica da economia da RAM tornou-se menos dependente do investimento público.

**Fig. 3 – FBCF, por setor/subsetor institucional (2010-2023)**



### **Valor do Rendimento Disponível Bruto das famílias por habitante manteve-se próximo da média nacional**

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) corresponde à forma como os rendimentos primários são afetados pela redistribuição, nomeadamente pelos impostos, contribuições e prestações serviços e outras transferências correntes. Mais informalmente, o RDB das Famílias é o montante total de dinheiro que os agregados familiares têm disponível para gastar e poupar depois de subtrair os impostos sobre o rendimento e as contribuições sociais. O rendimento disponível aumenta com o recebimento de rendimentos, tais como salários, juros ou pensões, e diminui com o pagamento de impostos, de contribuições sociais e de outros encargos que diminuem o orçamento familiar.

Na RAM, o valor do RDB das famílias, por habitante, em 1995, era de 6 653 euros, superior em 1,9% à média nacional. Entre 1995 e 2009, o valor regional superou sempre a média nacional, com exceção do ano de 2000 (0,6% abaixo). Entre 2010 e 2015, a Região observou um RDB das famílias sempre inferior ao do País, com o maior diferencial observado em 2015 (3,6% abaixo).

Entre 2016 e 2018, a RAM voltou a superar a média nacional, por uma margem muito ligeira, para nos quatro anos seguintes se posicionar novamente abaixo.

Em 2023, o RDB por habitante foi maior na Região (17 068 euros) que no País (16 785 euros), significando que se posicionava 1,7% acima da média nacional.

**Fig. 4 – RDB das famílias, por habitante, RAM e Portugal, e respetivo Índice de Disparidade (1995-2023)**

